



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 31

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 26-12-2002

Aos vinte seis dias do mês de Dezembro de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes de Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira Costa, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Joaquim dos Santos Abreu e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Manuel Júlio Braga Alves, Armando Manuel Dinis Vieira, Maria da Conceição Seixas Almeida, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues e Domingos José Barreto Cerqueira.

A Vereadora Marília Fernanda Correia Martins entrou na sala às 21:30 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição, nesta reunião, do Presidente de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, por Luís Paulo Pinheiro Tavares.

Foi efectuado o reconhecimento de poder.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto n.º 1 da Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária.

PONTO N.º 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Deram entrada na sala os Vogais António Manuel Santos Salavessa e José da Cruz Costa)

Membros da Assembleia:

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados.

É normal e até é necessário olhar para a evolução da situação da dívida às entidades não financeiras, até porque a maior parte dessa dívida pode significar, para além das dificuldades próprias do município, dificuldades nas empresas e nas instituições do concelho. Esse exercício permite concluir, que desde 16 de Setembro a situação se agravou em 10 milhões de euros (2 milhões de contos); em apenas três meses! O que é muito preocupante em si mesmo e mais preocupante ainda porque passados mais de seis meses sobre o anúncio das famosas “30 medidas” para o saneamento financeiro da câmara, a dívida não financeira tenha passado de 17, 3 milhões de euros (a 21 de Junho), para 24,1 milhões de euros (a 10 de Dezembro). Ou seja, um agravamento de 6,8 milhões de euros, mais de 1,3 milhões de contos; ou seja, um milhão de euros por mês.

Quando da aprovação das “30 medidas”, a comissão concelhia de Aveiro do PCP afirmou em comunicado que tal plano – aparentemente radical – primava pela falta de fundamentação e de quantificação de objectivos; e que algumas das medidas traduzindo-se em desistências de projectos ou no seu adiamento, em nada resolveriam o défice de tesouraria.

Os números aí estão a confirmá-lo. Entre 21 de Dezembro de 2001 e 21 de Junho de 2002, a dívida não financeira agravou-se cerca de 3 milhões de euros, e após o anúncio das medidas em quase 7 milhões!?

E queria aqui deixar bem claro que isto não é só o Estádio, isto não é só o resultado das medidas de restrição orçamental determinadas pelo Poder Central.

Junta-se à Câmara, a situação dos Serviços Municipalizados de 9,6 milhões de euros (a 14 de Dezembro de 2001) de dívida a entidades não financeiras, para 11 milhões de euros (a 10 de Dezembro de 2002); e também um agravamento em relação a 20 de Junho - altura também em que decidiram que fossem tomadas medidas para reduzir a situação do défice dos Serviços Municipalizados - o que comprova que a degradação de serviço prestado pelos Serviços Municipalizados, nomeadamente, ao nível dos transportes públicos. Não conduziu a nenhuma melhoria da situação da dívida; antes pelo contrário.

Execução Orçamental: Ora, a informação é de 10 de Dezembro – 21 dias do final do ano - e de 51,7 milhões de euros realizados nas receitas, comparado com os 131,4 milhões orçamentados; temos uma Execução Orçamental para as receitas de 44,7%. E nas despesas, de 57,7 milhões de euros para os mesmos 131,4 milhões de euros orçamentados; temos 44% de execução das despesas.

Ora, estaremos portanto, com uma taxa de execução que no final do ano rondará muito próximo dos 50% ou estará mesmo abaixo dos 50%.

Mas se a taxa de execução das Despesas Correntes – 20,7 milhões de euros - é de 62%... ou melhor, enquanto que o geral da taxa de execução está a este nível, a execução das despesas correntes está a 62%, e as despesas de investimento estão apenas a 37% face ao orçamentado!? O que quer dizer que a Câmara é muito melhor gastadora do que investidora. O quadro futuro não pode deixar de ser preocupante. Basta comprovarmos, basta verificarmos, que os 29 milhões de euros que a Câmara prevê transferir para as empresas municipais no próximo ano, mais os 10,5 milhões de passivos financeiros que terão que ser liquidados em 2003, mais os 10,5 milhões de despesas com pessoal — isto são coisas a que dificilmente se poderá fugir, totalizam 50 milhões de euros (só apenas estes três itens). Ou seja, muito perto dos 60 milhões; o total provável das receitas deste ano.

Pergunto a título de obter uma informação: as contas das empresas municipais (PDA e EMA) foram publicadas apenas a 30 de Novembro e a 2 de Dezembro, respectivamente — quando são contas de 28 de Março. Qual a razão de tamanho atraso na publicação das contas destas duas empresas?

Carta Escolar. Este foi um período muito importante na discussão referente à carta escolar — eu tenho a impressão. Pela informação que recolhi, houve um descontentamento e uma oposição bastante grande às intenções que desde já foram formuladas.

Eu queria saber qual é o ponto da situação e qual é o valor político de um documento que prevê a desactivação de 11 escolas no concelho e nenhuma nova construção? Apenas ampliações.

Até que ponto não será errada esta opção de encerrar e concentrar, afastando as crianças do seu meio?

Ponte do Outeiro em Cacia. Os agricultores de Cacia são as verdadeiras vítimas da incúria das pessoas que assumem as responsabilidades no Poder Local; no qual a Câmara Municipal se inclui. Começou pela passagem tipo montanha russa sobre o caminho-de-ferro, e agora a Ponte do Outeiro. A situação agravou-se como é conhecido no Inverno 2000/2001. Por que é que se passaram quase dois anos sem que fossem tomadas medidas que impedissem esta situação que existe hoje; o quase isolamento dos campos a norte do Vouga que são propriedade dos agricultores de Cacia ou onde os agricultores de Cacia trabalham, ao qual não podem ter acesso directo ou acesso fácil? Não é alternativa a passagem por Vilarinho. Ainda há semanas um carro da Câmara ficou atolado nesse caminho e foi preciso ir lá buscá-lo. A N109, são mais 15 quilómetros ir e vir; com a limitação de peso de 3,5 toneladas. E se o tempo estiver como está neste momento, a subida do Vouga torna inviável também esse acesso. Porquê, este atraso na resposta? Será que os agricultores não terão também direito a indemnização pelo facto de não ter acesso, tal como a CP está a pagar por aquela obra de arte que ali foi feita? Será que os agricultores não têm direitos também a uma indemnização por parte do município, pelas dificuldades de acréscimo dos encargos que têm?

Portanto, esta é uma situação que poderia perfeitamente ter sido evitada com uma intervenção mais atempada. E penso que foi má estratégia associar a ponte ao projecto do Rio Novo do Príncipe, portanto, o que levou a que o atraso, os problemas desse processo se viessem a repercutir negativamente na vida dos agricultores de Cacia.

Três ou quatro notas soltas. Senhor Presidente, eu não percebi lendo as actas da Câmara, o que é que o Senhor Presidente quer dizer sobre a vantagem que existiria os munícipes comunicarem antecipadamente os assuntos que querem tratar nas reuniões públicas para que o Senhor Presidente lhe desse resposta. Era o que faltava! Era que agora, para os munícipes terem uma resposta nas reuniões públicas da Câmara, tivessem que apresentar por escrito esse assunto. A Câmara é um colectivo, tem vereadores responsáveis por todas as áreas, e

deve estar em perfeitas condições de dar resposta ao essencial das questões que são colocadas pelos munícipes.

Também queria saber Senhor Presidente, porque razão não veio à Assembleia Municipal a continuação da remodelação, recuperação e equipamento do Teatro Aveirense, quando na acta da Câmara se lê: «que o concurso e a adjudicação teriam que vir à Assembleia Municipal» e cita a lei. Que por acaso também fui confirmar e que alguma razão terá havido para a Câmara optar por outra estratégia daquela que enunciou na reunião da Câmara!

Penúltima nota. Para informar o Senhor Presidente da Câmara, que o painel publicitário da “Lusitânia Gás” ainda lá está! Há aqui uma acta da câmara em que o Senhor Vereador do PSD se referiu ao painel publicitário da “Lusitânia Gás” com cerca de 300 m², e que o Senhor Presidente respondeu: «o pedido apresentado pela empresa foi indeferido, pelo que já foram dadas instruções aos Serviços de Fiscalização para se deslocarem ao local a fim de tomarem as providências necessárias». Ora, como esta acta é de 14 de Novembro, queria informar o Senhor Presidente que os fiscais não cumpriram as ordens. O anúncio, o painel, ainda lá está.

Por último Senhor Presidente... fica para a réplica.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu gostaria de retomar as palavras do meu colega de Assembleia Filipe Brandão, e realmente realçar também que há uma série de outras Comunicações a esta Assembleia, que não são realçadas na Comunicação do Senhor Presidente da Câmara. Aliás somos poucos (o Filipe também foi um desses privilegiados) a receberem uma Comunicação mais completa, mais gorda. Eu tenho esse privilégio agora devido às funções que exerço nesta bancada, de passar a receber esta Comunicação mais detalhada.

E só para informação da Assembleia, eu passava só a ler alguns excertos de uma página quase que aberta ao acaso. Quando estamos a falar por exemplo da Divisão de Vias e Conservação, diz-nos assim: execução de um muro na Rua da Fonte – “obra suspensa”; pavimentação de arruamentos na freguesia de Cacia – “por iniciar”; drenagem das águas pluviais e pavimentação – “adjudicada”; pavimentação na Rua do Barreiro em Eixo – “por iniciar”; acesso ao parque de merendas em Eirol – “a aguardar deliberação”; pavimentação da Rua Orlando Oliveira – “por iniciar”; águas e saneamento em S. Jacinto – “rescindido o contrato”; pavimentação – “obra suspensa”; rotunda de intercepção – “aguarda negociação de terrenos”; execução de passeios e infra-estruturas de Santa Joana – “obra suspensa”; saneamento na rua “D” do PP do Centro - “iniciará em Setembro de 2002”; saneamento na Junqueira/Cacia – “obra suspensa”.

Isto é uma página, de um conjunto de 105 obras listadas pela divisão de vias e conservação, em que 80 destas obras listadas são ou foram interrompidas; se encontram a aguardar deliberação; foram suspensas ou estão por iniciar. Só seis obras estão em curso ou concluídas. Só três obras estão em curso; só três obras em concluídas.

E como são tão poucas posso-vos dizer quais são: em curso é a passagem superior de S. Bernardo, com todas as contestações que temos visto nos jornais; infra-estruturas em loteamento em S. Jacinto (que diz que estão a 50%); e a passagem inferior do PP do Centro – aqui mesmo ao nosso lado.

As três que estão concluídas: é a pavimentação de uma rua em Cacia; é a drenagem de águas residuais em Oliveirinha e são os passeios na Junqueira. De resto mais nada!?

É isto a actividade do município no que diz respeito à Divisão de Vias e Conservação.

E não quero ocupar muito mais tempo porque todo este volume de papel que nos é distribuído dava para eu poder estar aqui a falar várias horas. Porque mais do que nos dar informação, esta Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, é uma fonte de interrogações.

E eu só vou fazer algumas perguntas, ainda, e porque escolhi realmente este tema da Divisão de Vias e Conservação (para a próxima sessão eventualmente escolherei um outro tema). Quando diz, acerca da passagem superior da C+S de S. Bernardo/Linha do Norte, que os terrenos para implementação da solução resultante da proposta inserida no PP das Glicínias já se encontram adquiridos. Eu gostava de saber o que é que é o PP das Glicínias? Nós não temos nenhum PP das Glicínias! Por isso não pode dizer que se encontra o PP das Glicínias, porque nós não temos. Nós não aprovámos aqui nenhum PP das Glicínias! Toda a urbanização das Glicínias não passou sequer por esta Assembleia. Esta obra foi iniciada em 7 de Fevereiro (estou a falar da passagem superior da C+S), iniciou-se em 7 de Fevereiro de 2000. A Autarquia aprovou um contrato adicional para duplicação do tabuleiro, ou seja, ainda esta obra não está concluída e já se está a aprovar uma alteração porque entretanto o planeamento que foi feito afinal não foi o mais correcto!

Um outro exemplo. Também nesta mesma página, diz respeito à construção da rotunda de intersecção da Alameda da Forca Vouga com a N109. A empreitada já foi adjudicada a uma firma; esta obra foi iniciada, só que nesta obra a empreitada foi encerrada. E foi encerrada porquê? Bom... é por falta de terreno para acesso! Ou seja, isto são só dois exemplos (é o que está na Comunicação do Senhor Presidente da Câmara) daquilo que poderei dizer: ausência de planeamento. Ou seja, adjudicam-se obras sem haver um mínimo de condições para que elas possam decorrer!

Senhor Presidente, isto significa que o nosso município vai de mal a pior. O nosso município, só aparentemente pode dizer que vai bem. Estamos a fazer muitas construções, estamos a ter um município muito desenvolvido, mas parece-me (como dizia o meu colega há bocado) “muita parra e pouca uva”. Parece-me que estamos a construir um gigante com pés de barro; temo que em qualquer altura possa desmoronar.

E o passivo desta Câmara Municipal mostra-nos exactamente isso. Eu tenho falado aqui muitas vezes no passivo da Câmara Municipal; eu não sei... a situação do passivo é uma situação dramática! Já o Senhor Salavessa falou aqui hoje, temos realçado este assunto, temos trazido este assunto aqui diversas vezes, mas parece que ninguém nos liga!? Parece que ninguém ouviu!? Eu não sei se é devido aos números. Quando os números passam um determinado valor nós já não lhe damos nenhum significado. Os números neste momento duplicaram do ano passado para este ano! O passivo da Câmara Municipal de Aveiro, ou seja, as entidades que prestaram serviço à Câmara Municipal. que emitiram factura, que a factura foi reconhecida pela Câmara Municipal de Aveiro e que a Câmara Municipal de Aveiro não pagou, duplica de ano para ano! ...E pagaram IVA. Já pagaram IVA no ano passado ou há mais de um ano, e se calhar aquelas facturas emitidas este ano e reconhecidas este ano, vão pagar IVA agora. E, aquilo que acontece é que a Câmara não dá resposta. Antes mais, a Câmara ridiculariza como aconteceu aqui na última sessão da Assembleia Municipal, quando um munícipe cá se veio queixar!

Quer dizer, é isto que está a acontecer e nós estamos todos como que inebriados, parece que não está a acontecer nada! Esta situação que se está a passar em relação ao passivo e em relação à ausência de obras, daquelas pequenas obras, daquelas 105 obras que estão aqui listadas e que pararam, que não há condições para continuarem, é isto que está a arruinar o município.

Senhor Presidente, eu temo... eu sei que o facto de nós sermos oposição as pessoas pensam que nós estamos a extrapolar ou estamos a tornar estes números como sendo números de grande monta quando na realidade não são. Mas é um facto – isto é real!

É real, porque são os números do Senhor Presidente da Câmara que nós estamos aqui a citar. É informação do Senhor Presidente da Câmara ou dos seus Serviços, que nos dá esta informação, para nós aqui na Assembleia denunciarmos estas situações. Nós já as vimos denunciando há tanto tempo, mas não sei o que é que podemos fazer; não sei como é que se pode dever quase 8 milhões de euros a fornecedores – que aumentaram mais 300 mil euros em dois meses! Neste momento o passivo da Câmara, contando com o passivo dos Serviços Municipalizados, está em 35 milhões de euros. 35 milhões de euros é quase a receita da Câmara num ano! E isto, são os próprios Serviços da Câmara a dizer; são as facturas contabilizadas. Porque há um conjunto de facturas que estão nas secretárias dos funcionários da Câmara, do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores, que ainda não foram processadas! Se fossemos contar com essas facturas, se fossemos contar com os empréstimos, se fossemos contar com o passivo, se fossemos contar com os leasings, eu penso que a Câmara está numa situação, que por aquilo que se tem visto, é do pontapé para a frente. Ou seja, se temos este problema resolvemos este problema com outro, que depois há-de vir outro mais tarde e há-de ser ainda maior.

São palavras alarmistas! Eu reconheço que são palavras alarmistas. Mas são palavras alarmistas, que nós já vimos denunciando há muito tempo. E eu espero que o município não entre em ruptura financeira — eu creio que vai entrar em ruptura financeira se nós aprovarmos o próximo Orçamento. E espero, que o próximo orçamento não se aprove para que este município que tem sido bom exemplo em muitas coisas, não venha agora a ser um exemplo de como é que uma gestão ruinosa pode arruinar tudo quanto foi uma economia e tudo o que de bom se fez neste município de Aveiro.

E não é o problema do Estádio. É um problema de má gestão financeira que se tem agudizado ao longo dos anos. Agora parece que o grande problema é o Estádio – não é! O Estádio poderá agudizar mais o problema financeiro desta Câmara, mas o problema financeiro desta Câmara já existe há muito tempo e cada vez está pior.

Senhor presidente, as “30 medidas” não resultaram. Está na altura de o Senhor Presidente dar a mão à palmatória e dizer assim: a minha gestão não funcionou, mas conto com esta Assembleia Municipal para procurar uma solução. E nós estamos cá para juntamente com o Senhor e com todos nós procurarmos a solução do saneamento financeiro deste município. Tal como está, é uma bola de neve. E nós não podemos compactuar mais com estas bolas de neve que temos estado a ver crescer — qualquer dia dá uma avalanche. Muito Obrigado”.

Vogal Luís Paulo Tavares (PPD/PSD)

Vogal Raul Martins (PS)

Vogal Liz Silva (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Por defeito de formação profissional, quando li a Comunicação, resumo, fiquei mal impressionada com a forma como a língua portuguesa foi utilizada. Achei que havia descoordenação, que havia falta de ligação lógica. Por exemplo, no ponto dois, que é da responsabilidade do Pelouro da Cultura, declara-se que o público aveirense assistiu e passo a citar: «a espectáculos de artistas incontornáveis na cena musical internacional, até ao concerto de Bernardo Sassetti e dos Xutos & Pontapés». E realmente fiquei impressionada! Primeiro compreendi que “incontornáveis” era uma utilização literária e figurativa da palavra – aceitaria. Mas penso que tem que haver mais cuidado quando se apresenta, se redige um documento, que é um documento que vai ser público, que vai ser comentado, que

vai ser lido, vai ser criticado e, portanto, tem que haver mais cuidado na utilização da língua portuguesa. Mesmo que sejam secretárias a redigir alguma coisa, tem que haver depois uma revisão feita pelos respectivos responsáveis.

O Senhor Barbosa falava que “era pobre e que só tinha 7 folhas de comunicação”. Eu também pertença a esse clube, só tenho 7 folhas — embora 7 seja o número mágico, pelo menos para alguns filósofos e pensadores. O próprio Thomas Mann, na “Montanha Mágica” o estrutura; talvez, às vezes os resumos... o número não tenha a ver com a qualidade.

Portanto chamava à atenção neste ponto para o cuidado que deve ser tido na utilização da língua portuguesa, sobretudo em documentos escritos, públicos, que vão ser criticados e lidos.

Eu sou uma crítica, grande, da forma como muitos entrevistadores, jornalistas e locutores da televisão portuguesa (pública e privada) utilizam a língua portuguesa e, portanto, não podia deixar de fazer este reparo. Não queria que fosse considerado uma crítica, mas uma observação para que as pessoas tenham mais cuidado quando voltarem a fazer comunicações.

O segundo ponto que eu queria focar era para a actualização das taxas e licenças urbanísticas. Na altura discutimos muito isso, que realmente o aumento era muito grande. Eu sei que possivelmente é irreversível a situação, mas queria alertar esta Assembleia para o brutal aumento que esta actualização representa.

Vou dar um exemplo concreto (eu sou de letras, como sabem, portanto deixo os números para os economistas), que fundamenta a minha afirmação. O valor da licença para a construção de uma moradia unifamiliar era, segundo a antiga tabela, de 32 contos. Segundo a nova tabela essa mesma licença são 1.000 contos! Uma moradia unifamiliar, com três quartos, rés-do-chão e 1.º andar. Portanto eu penso, e mesmo para quem não perceba muito de números; percebe de bolsa e percebe de taxas. Portanto uma pessoa que tenha um dinheiro limitado para fazer uma moradia, se logo à cabeça paga mil contos para ter a licença de construção fica completamente limitada. Depois, queria chamar à atenção para o executivo, para ver se havia ainda alguma possibilidade de correcção — pelo menos para as situações de habitação unifamiliar.

O terceiro ponto, é um ponto que eu peço desculpa de vos maçar novamente, é um ponto que há muitos anos falo, que é a habitação social. Eu sei que os autarcas se queixam da Manuela Ferreira Leite e da falta de dinheiro que ela manda e portanto não podem fazer habitação social porque não têm dinheiro. Mas há muitos anos e sobretudo nos mandatos do Senhor Presidente Alberto Souto, eu tenho chamado à atenção que não tem merecido a atenção deste Executivo a construção de habitação social. No meio de tantas verbas e tão grandes, tanta movimentação de dinheiro, pode ser que haja uma fatia pequena para fazer um bairro social em cada freguesia ou começar um bairro social nalgumas freguesias mais carenciadas. É extraordinariamente importante para o equilíbrio social das famílias, é extraordinariamente importante para o equilíbrio da sociedade e, portanto, penso que as pequenas obras, este tipo de pequenas obras, são fundamentais para a estabilidade. E nós não podemos esquecer com as grandes obras a qualidade de vida das pessoas.

Um quarto ponto que eu queria focar. A Avenida Lourenço Peixinho está a ser alterada!? Fomos confrontados com intervenções; a Câmara é claro que tem autoridade para fazer as alterações e as intervenções urbanísticas; mas eu achava como é uma intervenção que me parece uma intervenção de fundo, talvez merecesse do Executivo um cuidado especial. E talvez devesse ter apresentado aqui nesta Assembleia um ante-projecto, um esboço, uma indicação, para nós estarmos mais informados. Porque nós também pertencemos à autarquia. Nós fazemos parte da estrutura que orienta o concelho e, portanto, gostava que tivéssemos tomado conhecimento dos projectos da Câmara para a Avenida Lourenço Peixinho.

Eu só li o resumo da matéria portanto, no meu resumo da matéria, não há referência à recuperação do património construído. Pode ser que na intervenção alargada se faça essa referência, mas eu não tenho essa indicação.

E volto a frisar, que se não se fizerem a tempo recuperações do património, quando se chegar lá já não se vai a tempo de se recuperar nada. Acontece que está tudo em ruínas e então não vale a pena depois fazer intervenções. Portanto, chamava à atenção do Senhor Presidente da Câmara para que se preocupe também com essa parte da história de Aveiro. Não devemos deixar destruir a raiz do concelho. Não é apenas construir de novo, fazer túneis, novas estações e novos estádios. Isso deve ser muito agradável quando estiver concluindo, mas descaracteriza a cidade e o concelho, se não se preocupar com a recuperação do património construído.

Para terminar, eu queria contrariar aqui intervenções que foram feitas na primeira reunião desta sessão, em que a Câmara foi criticada pelas iluminações do Natal. Eu acho que a Câmara fez muito bem. Não se pode estar a gastar 17 ou 18 mil contos para pôr umas luzinhas na cidade e depois não ter dinheiro para aquilo que é essencial. Penso que tem que ser objectivo e tem que se ter prioridades quando se faz a gestão dos dinheiros que não são nossos. Muito obrigado”.

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – Alberto Souto - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Vou tentar então esclarecer aqui algumas dúvidas e dissipar algumas opiniões negativas que foram expressas com tanta inspiração hoje – e queria cumprimentá-los por isso!

O que é que se fez e o que não se fez? O que é que deixámos de fazer e o que é que fizemos? Senhor Dr. Nascimento, olhe: fomos fazendo bastante saneamento para mal dos moradores e das pessoas que têm que passar ainda por essas ruas que foram objecto de intervenção; fomos fazendo algumas obras nas escolas para que o ano escolar pudesse arrancar com a regularidade e com as condições que todos desejamos sejam cada vez melhores; não deixámos de fazer a habitação social que estava em curso; fomos fazendo o Estádio, evidentemente.

O que é que não se fez? É um pouco o reverso disto. Não conseguimos como o Dr. Manuel Coimbra tão bem sublinhou, não fizemos muitas pavimentações e muitas vias; não fizemos tanta habitação social como queríamos; não fizemos tantas escolas como desejávamos. Mas em relação aos Planos, eu julgo que a sua intervenção é totalmente injusta. Os Planos têm sido todos aqui amplamente apreciados, discutidos, objecto de reuniões nas Comissões, na Comissão Permanente, conferências de líderes — e assim continuará a ser. É essa a forma que nós entendemos que é correcta para que a Assembleia Municipal se possa pronunciar em tempo útil; não apenas quando é o momento oportuno para os Planos virem a plenário, mas numa fase em que a contribuição de todos possa ainda ser objecto de análise e ser utilmente inserida quando for esse o caso. E por isso os casos que referiu não deixarão de ter o mesmo tratamento.

A Comissão de Acompanhamento da POLIS já teve duas reuniões; o Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte consta da agenda desta Assembleia, a solicitação da Câmara para eventual constituição de uma comissão de acompanhamento para a elaboração desse Plano; o Plano do Parque Desportivo terá que vir a esta Assembleia também — e por aí fora. E todos os Planos em que a Câmara está envolvida serão objecto dessa maximização de participação da Assembleia Municipal e de todas as entidades envolvidas e designadamente

as Juntas de Freguesia e de todos os agentes que possam utilmente intervir com interesse neste processo. O processo de planeamento participado é um processo que tem imensas virtualidades e que nós queremos acarinhar — independentemente das fases processuais do inquérito público e dos pareceres das entidades, tudo isso obviamente tem que ser respeitado em todos eles e está fora de causa que seja de outra forma.

Aproveito já para dizer de passagem, que evidentemente não existe nenhum “Plano de Pormenor das Glicínias”. Isso faz parte da história desta Câmara. É apenas uma facilidade de expressão dos nossos Serviços, que continuam a designá-lo assim - incorrectamente é evidente - como outros que aparecem várias vezes. Eu chamo à atenção para isso, mas de facto quem recebeu a versão desenvolvida da Comunicação do Presidente, e aproveitava para esclarecer isso perante todos porque pode ser que haja alguns dos presentes que não estejam a acompanhar esta questão. De facto a Comunicação do Presidente tem acoplada os relatórios elaborados pelos Serviços e essa versão completa foi distribuída apenas aos líderes de bancada — e por isso houve aqui alguns comentários sobre versões mais extensas ou menos extensas.

POLIS. Aproveito para dizer que com esse espírito de abertura e total transparência que tem havido, esta Assembleia tem sido informada quase sessão a sessão das conclusões, dos ritmos, das datas, de todas as reuniões de trabalho, que a equipa do programa POLIS tem tido com o Governo sobre esta questão. E como eu tinha dito na última sessão, de facto iria ter uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas — o que aconteceu no dia seguinte. E a informação é praticamente on-line sobre (entre outras) esta questão da eventual ligação da zona de Sá-Barrocas; mais exactamente na zona da mina ao IP 5. O Senhor Secretário de Estado, julgo que foi sensível aos nossos argumentos. Há uma questão técnica: é uma norma de prudência que vale o que vale e que tem a ver com a distância mínima entre os nós viários existentes. Mas nós, do nosso ponto de vista, do nó do Estádio para cá essa regra tem que ceder e o IP se tiver que deixar de aplicar essa regra do nó do Estádio para cá, isso poderá ser feito sem prejuízo nenhum para a segurança e para os fluxos que a concessão à LUSOS CUT prevê, uma vez que entre o nó do Estádio e o nó de Esgueira, essa distância já não é respeitada. E entre o nó das Pirâmides e o nó da Gafanha também já não é respeitada. E, portanto, isso neste troço de que estamos a falar entre o nó da Gafanha e o Estádio já desapareceu essa regra; temos que entender o IP 5 neste troço como uma via de cintura – como existe no Porto, em Lisboa. É a nossa circular, em que terá que ter as entradas e as saídas que permitam que Aveiro não fique num colete que cerceia o seu desenvolvimento, não porque queiramos passar para lá das marinhas, mas porque todos os milhares de pessoas que no futuro irão viver na zona de Sá-Barrocas/Agras são obrigados ou a ir para o nó de Esgueira ou a atravessar a Avenida para irem às pontes e ao nó das Pirâmides, o que cria óbvios congestionamentos nesses dois nós. Essa saída e entrada na mão permite por um lado desafogar essa zona e por outro lado desafogar também esses dois outros nós. Julgo que é uma questão de boa vontade política neste momento, política de gestão destas coisas e espero que o Senhor Secretário de Estado possa acolher a nossa pretensão.

Sobre o Estádio Mário Duarte penso que está esclarecido para todos, mas torno a repeti-lo: não há evidentemente nenhum Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte elaborado. Nós tivemos o cuidado de publicar num jornal, nos termos da lei, que íamos dar início ao processo de elaboração do Plano de Pormenor — que é uma coisa completamente diferente. Tomámos a iniciativa de escrever à Assembleia Municipal para que a tal Comissão de acompanhamento pudesse fazê-lo desde já. E o que os nossos Serviços têm feito, evidentemente, são estudos vários sobre o que pode vir a acontecer.

Agora, Dr. Jorge Nascimento, eu só o convidava a fazer umas contas que são fáceis — acho que o Senhor Doutor se enganou nas contas. Mas se multiplicar 1125 m² por 4, ou seja, a área de implantação de um lote por 4 pisos, dá 4500 m². Não tem que ter 500 moradias, 500 apartamentos, foi o que eu disse lá. E portanto, estamos a falar de um bloco apenas, com 4 pisos e que... estou a multiplicar 1125 por 4, embora a área de implantação seja de facto 900 m² (está bem informado, como vê, até sabe qual é a área de implantação), é rés-do-chão mais 4. Estamos entendidos: se tiver 1125 será sobre 4, se for 900 é sobre 5. O que é rés-do-chão mais 4, não é nenhuma torre de grandes dimensões. É disso que estamos a falar no caso da futura venda à Universidade. A concretizar-se a operação, gostava de sublinhar isso também, que têm saído várias notícias e os comentários que aqui houve hoje leva-me a concluir que podem ter retirado conclusões que não estavam nessas notícias. Temos boas expectativas, excelentes expectativas, que a operação com a Universidade se concretize. Ela ainda não está formalizada, mas em todo o caso a escritura só será feita no próximo ano. É este o ponto da situação, não há razão para nenhum comentário que não seja de grande optimismo.

Atendimento da Câmara e na gestão urbanística. Eu penso que a análise que o Dr. Jorge Nascimento faz, também é se calhar viciada pela sua actividade profissional – no melhor sentido, porque patrocina muitos casos difíceis. Os casos difíceis demoram sempre tempo na Câmara, como demoram em todas as Câmaras. Agora, os casos simples não! Os casos simples, o despacho é rápido. Temos de contar sempre com os pareceres das diferentes entidades, mas isso tem vindo a melhorar muito e um destes dias (é uma das iniciativas que gostaria de tomar) convidado os senhores membros da Assembleia Municipal, o Sr. Dr. Jorge Nascimento e os senhores jornalistas, a visitarem o arquivo dos processos de obras da Câmara. Porque quem se recorda de como era a Câmara aqui há uns anos nesta matéria, vale a pena ir lá a baixo à cave e poder constatar com os próprios olhos o nível de organização a que se chegou; o que certamente cria condições para que haja uma maior rapidez no atendimento e induz uma enorme confiança nos munícipes. Os processos já não desaparecem como desapareciam aqui há uns anos e o atendimento tem vindo a melhorar muito. Eu peço que sejamos justos. Todos nos lembramos das condições e a qualidade do atendimento neste específico sector.

Algumas questões sobre urbanismo. O que é que se passa com os muros do canal dos Santos Mártires junto ao Alboi? É verdade, que por razões técnicas muito sensíveis, foi uma fase da obra que esteve e está ainda parada. Durante algum tempo a empresa esteve à espera de um parecer da Universidade (ao que julgo saber), entretanto muito recentemente (há talvez 3 semanas, 15 dias), foi aprovada em reunião de Câmara uma solução técnica que é uma solução técnica diferente daquela que tem vindo a ser seguida nos outros canais, porque há ali um conjunto de moradias dos dois lados e, portanto, é preciso ter muito cuidado com o cravejamento das estacas (não sendo engenheiro arrisco, tenho ouvido algumas conversas) para que não haja ali assentamentos e trepidações que possam por em causa essa solidez das moradias — e por isso é um sistema diferente que foi agora aprovado em reunião de Câmara e que passará a ser concretizado dentro em breve; um sistema aliás muito interessante.

Requalificar a Praça do Peixe. Evidentemente Senhor Arquitecto. O que vamos fazer é requalificar a Praça do Peixe. Os pilares em ferro que desapareceram, desapareceram dali não para serem destruídos, mas para serem tratados com especiais cuidados ambientais. A decapagem daqueles ferros criava felugem no ar, materiais com alguma toxidade e dado o ambiente da envolvência com residências e restaurantes, foi uma opção técnica da equipa de fiscalização que obrigou a empresa construtora a retirar todas as ferragens e a fazer este trabalho em estaleiro. E, portanto, o trabalho irá aparecer dentro em breve com a tal requalificação. Certamente com algumas adaptações próprias do Arquitecto e que são do projectista — que foram do agrado generalizado. Deixe aliás dizer-lhe, que se se recorda do

que lá estava, que a cobertura do Mercado do Peixe era péssima; quer do ponto de vista arquitectónico, quer do ponto de vista dos materiais utilizados: uma espécie de fibrocimento sem qualidade nenhuma. E portanto, o que vai aparecer é de facto uma estrutura com outro nível, com outra qualidade.

A Pista de Remo. Continua o seu curso e espero que desta vez possamos ultrapassar as dificuldades que inicialmente foram suscitadas pela comissão de avaliação do impacte ambiental. Não houve um indeferimento. Houve um conjunto de questões que teremos que responder durante este mês, enfim, durante as próximas semanas e, portanto, estou agora mais optimista e tenho esperanças que este processo chegue a bom porto, isto é: que tenha a luz verde do ponto de vista da autoridade ambiental que é o passo mais difícil de dar nesta questão.

Ferry-Boat. Se temos Ferry-Boat? O Ferry-Boat está adquirido, está em estaleiro. Foi objecto de um conjunto de intervenções que já aqui foram noticiadas, designadamente, não se pode chamar “Cidade de Penafiel” e outras pequenas alterações deste tipo, mas neste momento estamos em conversações.

Carta Escolar. Já aqui tivemos a ocasião de falar sobre isso e eu não gostava que ficasse nenhuma dúvida no ar sobre esta matéria. Nós atribuímos a maior importância à Educação e queremos elaborar esta carta escolar com muita solidez, com muito rigor. Com a melhor informação possível e também de uma forma participada. O que foi posto a circular foi um documento preliminar só com uma das componentes do problema, para generalizar a discussão a todos os agentes educativos. Estamos a falar das Associações de País, das escolas do CAE, das autarquias, das Juntas de Freguesia; todos os agentes envolvidos. E depois disso, dessa discussão feita no âmbito do Conselho Local de Educação ou independentemente dele, em todas as instâncias que se possam pronunciar sobre ela. Queremos ainda beneficiar das competências instaladas que a Universidade tem nesta matéria, seja em termos do planeamento (designadamente no que toca à análise da evolução demográfica da população por freguesias e por bairros), quer em matérias de competências específicas na área educativa. E só depois disso é que vamos ter uma carta escolar para ser aprovada e por isso é prematuro estar a veicular a informação de que a Câmara pretende encerrar qualquer escola que seja. Nós queremos fazer este exercício com muita seriedade. É altamente provável que nasçam mais escolas, porque há bairros novos onde vão viver milhares de pessoas e que não têm escola prevista; é provável que algumas se agrupem; não é certo de modo nenhum neste momento que vamos encerrar qualquer escola. E, portanto, queria-vos transmitir esta mensagem que é a única que posso passar com rigor, de que a carta escolar é um instrumento sério demais para o futuro de todos nós, para que deva ser tratada como outra coisa que não seja muita seriedade.

Ponte do Outeiro. Senhor Deputado António Salavessa e todos os senhores deputados, eu acho que é um péssimo exemplo! Não é incúria do Poder Local, é do Poder Central. Porque como se recordarão há um ano e tal, um ano e meio, a Ponte do Outeiro e a Ponte de Vilarinho, na sequência das intempéries de então ficou em más condições. E a Ponte do Outeiro fez parte de um rol de pontes por esse país fora objecto de uma resolução da Assembleia da Republica, que recomendava ao Governo a sua intervenção e a sua reparação. A Câmara de Aveiro o que é que fez entretanto? Abriu concurso, reparou a Ponte de Vilarinho, tornou a Ponte de Vilarinho transitável – convém que se recorde isso, é na prática uma nova ponte a que está em Vilarinho - fizemos os estudos relativos à possibilidade de reparar a ponte do Outeiro e chegou-se à conclusão que era quase tão caro repará-la como fazer uma nova — e ainda por cima tínhamos o contexto da Pista de Remo não era uma boa solução. Fizemos mais: abrimos concurso para a nova ponte para que não se perdesse tempo e a verdade é que o tempo foi correndo e estamos confrontados com uma situação em

que fomos obrigados a tomar medidas mais drásticas em relação ao encerramento da ponte porque de facto a Ponte do Outeiro não estava transitável. Tem os pegões quase todos descalços e pode ruir de um momento para o outro com carga ou sem carga nenhuma lá em cima. E havia de facto alguma imprudência, para ser suave nas palavras, por parte da população que continuava a atravessá-la. Tivemos uma reunião com a população em que isso ficou muito claro: a ponte está intransitável. Tivemos o cuidado de arranjar um percurso alternativo desbloqueando a passagem dos tractores até 5 toneladas na Ponte de Cacia/Angeja, que também está com problemas, mas já está a ser objecto de uma intervenção. Tivemos o cuidado de reparar o caminho da margem norte do rio até à ponte do caminho-de-ferro para que justamente essa alternativa existisse, embora reconhecendo que é um grande desvio que os agricultores têm que fazer. E neste momento estamos a contactar com toda a gente para ver se se consegue avançar com a construção da ponte. A ponte foi construída pela Hidráulica há muitos anos; a APA deixou de ter jurisdição sobre aquela área e portanto diz que não é da sua competência; A Agricultura reconhecendo que a ponte serve fins agrícolas não tem verba; as Obras Públicas dizem que não é uma estrada nacional e portanto que a ponte não é deles – nossa não é; a DRAOT não tem dinheiro. E, portanto, estamos neste momento a contactar todas estas entidades para chegar a uma solução e ao mesmo tempo a contactar também a Engenharia Militar para ver se na base de Tancos existem meios para construir uma ponte militar provisória que vença aquele vão, que é um vão com mais de 60 metros naquele local, e que permita aos agricultores durante a construção da nova ponte e imediatamente franquear as duas margens porque há óbvios prejuízos para a sua actividade agrícola. E portanto, é o processo que está em curso, conseguimos explicar à população a imprudência e o risco que estava em causa — é preferível que morra uma vaca, é preferível que morram quinhentas vacas, a morrer alguém. Eu julgo que as pessoas compreenderam isso e mudaram a sua atitude. Mas a solução ainda não está encontrada a não ser a alternativa de facto, de fazer os tais... julgo que não são 15 Km, mas serão uns 10 km por Cacia.

A situação financeira. Enfim ela não é boa, como é reconhecido, mas o aumento que puderam constatar do passivo não se deve a uma deterioração substantiva ou não se deve à nossa gestão. Eu diria que se deve a um conjunto de factores que alguns são do conhecimento de todos, outros menos.

O que é que não aumentou nestes meses? Foram receitas! As receitas não aumentaram e não vale a pena pensarmos que a culpa é toda da Câmara, porque não é — e a Assembleia Municipal sabe bem que não é. O Governo, tem obviamente uma enorme quota de responsabilidade neste processo. Não sei quantificar, mas todos sabemos que a construção civil neste país baixou mais de 50%. E as receitas da Câmara, o senhor deputado sabe bem, que vêm da SISA, do Regulamento de Taxas e Licenças Urbanísticas — que nesta Assembleia esteve quase dois anos para ser aprovado. Não estou a censurar, mas são factos. Da Contribuição Autárquica; da Derrama — que tem a ver com as actividades económicas e que já este ano sentimos uma enorme baixa em relação às receitas do ano passado. Uma medida muito concreta que o Governo tomou no Orçamento rectificativo, que foi suprimir o acesso das autarquias a medida 1.8. — portanto todas as participações camarárias que podiam ser financiadas pela medida 1.8 do III Quadro Comunitário de Apoio deixaram de o poder ser e nós com milhões de contos de investimento em curso; também das regras do POCAL que fazem, Senhor Deputado Manuel Coimbra, com que deixem de haver as tais facturas por incluir; e também alguma estratégia das empresas, que ao contrário do que foi dito aí, muitas vezes atrasaram quanto puderam o pagamento do IVA e agora tiveram que o fazer. E de repente, nós, com este conjunto de factores a caírem todos nas mãos.

O que eu posso dizer, é que não fora o tal plano das “30 medidas” e a situação seria muito pior. Deixámos de fazer um conjunto de despesas de investimento e correntes, que na altura foram anunciadas, e se não fora isso a situação estaria pior. Está toda a verdade, totalmente transparente, e acho que a gestão que estamos a ter sendo uma gestão muito difícil, as circunstâncias são de facto muito más por todo o país, todos temos ouvido as notícias que vão por esse país fora em relação a câmaras municipais, designadamente.

Julgo que é uma gestão que é possível e tem conseguido manter um ritmo de investimentos apreciável. Com um passivo que não nos agradando não é tão grave como o quiseram pintar. Estamos a falar de cerca de 3 milhões e 500 mil contos (para falar em contos), mais a parte dos Serviços Municipalizados que é sobretudo devido ao défice dos Transportes Públicos e ao forte investimento do Saneamento. São obviamente duas áreas a que não podemos deixar de continuar a apoiar.

E portanto, eu ia a dizer (aproveitando o seu repto), conto Senhor Deputado Manuel Coimbra, com o apoio da Assembleia Municipal e com toda a colaboração para nos fazer aprovar as medidas que são necessárias ao aumento das nossas receitas correntes e à captação das nossas receitas extraordinárias. Como é o nosso Orçamento deste ano. As grandes Opções do Plano e o PPI e o Regulamento de Taxas e licenças não Urbanísticas, espero que seja conseqüente com o repto que deixou e que possa chegar à conclusão que é necessário um grande esforço de todos. E ainda não falei do Estádio!

O Estádio não é pago com as nossas receitas correntes. Como se sabe tem outras fontes de financiamento e não foi por causa da construção do Estádio que deixámos de fazer o que quer que fosse até agora – são conhecidas as suas fontes de financiamento.

Senhor Deputado António Salavessa, não vejo qual é a sua estranheza em relação ao facto de eu ter dito publicamente numa reunião de Câmara que seria interessante que os munícipes que nos aparecem a colocar questões pudessem fazê-lo antecipadamente por escrito. Só tive um intuito com essa observação: é que os munícipes possam ter logo ali uma resposta útil e que não seja uma resposta “vamos ver como é”, passe por cá daqui a uns dias. Porque a Câmara tendo os seus Vereadores responsáveis por cada pelouro, de facto, atingiu uma tal dimensão que nós não temos a certeza de conseguir responder a todas as questões que nos são colocadas nas sessões públicas. O intuito foi apenas esse a exemplo, aliás, do que eu julgo saber acontecer em muitas Câmaras por este país em que o período da participação do público está regulamentado dessa forma e as questões têm que ser agendadas previamente, justamente porque a democracia tem que ser cada vez mais exigente e não é para perdermos tempo, é para darmos respostas concretas às pessoas que vão às sessões públicas. Doutra forma saem talvez desapontadas com o facto de ali terem ido. Mas evidentemente que isto é algo que estamos a avaliar e que talvez nos leve a rever o regimento do funcionamento das sessões públicas; não há ainda uma posição política de princípio sobre isto.

Obras suspensas ou por iniciar. Eu acho que o Senhor Professor Manuel Coimbra veio de facto inspirado do Natal. Mas deixe-me dizer-lhe uma parte que é com toda a seriedade e verdade: é verdade nós deixámos de fazer e estamos com um conjunto de obras viárias como assinalou, que demos ordem de suspensão ou não iniciámos. Nós, como bem dizia a Senhora Doutora Maria Antónia Pinho e Melo, não podemos fazer de conta que não aconteceu nada no país, na economia do país. As finanças da nossa autarquia estão diferentes do que estavam há 3 anos – não há dúvida. E, portanto, não podemos ignorar isso, e se não fizéssemos isso é que estaríamos a ser irresponsáveis. Não é fácil, não é popular, não granjeia muitas simpatias, mas penso que é essa a gestão que o interesse público recomenda neste momento e há de facto um conjunto de obras que tivemos em nome da definição de prioridades de deixar de lado por agora. Mas deixe-me utilizar o mesmo tipo de retórica, para o convidar (um mero exercício como dizia o Dr. Raúl Martins): “há o relatório daquilo

que foi feito e o relatório daquilo que não foi feito” eu convidava-o..., eu fiz aqui um pequeno exercício e se ler entre a página 65 e a 125, suponhamos que há uma média de 10 medidas efectuadas – dá 600 medidas neste período. Mas o relatório tem muito mais páginas do que isso! E portanto, está a ver; citou aí 10, 20, 30, 40, se calhar encontra no relatório coisas feitas 800, 900. Olhe, deixo o prazer de descobrir quantas são porque foram mais as que foram feitas do que aquelas que ficaram por fazer, mas muito mais.

Depois gostava também de explicar, é uma questão de pormenor, mas também tem a ver com isso (a questão da N109 é ligeiramente diferente) a questão da rotunda da policlínica (respondendo também ao nosso novel deputado a quem cumprimento), tal como é conhecida na gíria, é um bocadinho diferente. Julgo que essa informação da falta de terreno também estará desactualizada ou relaciona-se com o seguinte: a certa altura, o Instituto de Estradas disse-nos – e está a fazer - que iria proceder à remodelação da N109 entre Mira e Cacia. E abriu mesmo concurso, todos pudemos ver, concurso para o projecto para este troço e portanto disse-nos não façam mais obra, essa rotunda tem que ter o dobro da dimensão e vai ser feita por nós no âmbito da remodelação da N109. É essa a explicação. Temos pena, mas de facto a estrada não é nossa e o IEP quer fazê-la e nós temos que perceber isso! Também é bom que o faça antes de desclassificar a estrada nacional para que ela possa ser recebida em boas condições. É essa a explicação que está a causar de facto alguma perplexidade de muitas pessoas.

A questão dos Dragões. Eu não gostaria de atacar aqui executivos anteriores do Presidente Girão. E, a única coisa que eu posso dizer sobre este Executivo, a quem evidentemente a questão já foi colocada, é que todos compreenderão que na gestão das prioridades, mesmo compreendendo os antecedentes pouco felizes que rodeiam esse processo, há outras entidades com mais actividade, com mais tradição, enfim, por todos os critérios que quisermos encontrar, que estão à frente dos Dragões.

Quanto à possibilidade da Câmara vir a apoiar a construção de um pavilhão. Eu sei que isto não é agradável para os Dragões (eu até sou benfiquista, não tem a ver com isso), mas realmente todos compreendemos que há um conjunto de entidades que tem que ter um pavilhão primeiro, antes dos ‘Dragões de Aveiro’.

A Habitação Social. Senhora Dra. Maria Antónia, não são pequenas obras!... É que as pessoas pensam que fazer habitação social é fácil e é barato!? Não é fácil nem é barato. Gostaria só de sublinhar o seguinte porque as pessoas às vezes não têm estes números e até percebem porque é que há menos habitação social: 10 casas, 10 fogos – Dr.^a Maria Antónia, custam 100 mil contos no mínimo; 20 fogos custam 200 mil contos no mínimo. A multiplicação é fácil de fazer e é para que percebamos do que é que estamos a falar. Não são pequenas obras e não estamos a falar de pequenas quantias. Eu peço desculpa de estar a falar disto, mas é assim mesmo. Quando o Governo corta o crédito às autarquias para a construção da habitação social, não é por acaso que todas as câmaras neste país põem as mãos à cabeça. Porque se nós em Aveiro temos uma situação que não é dramática em relação ao conjunto do país (não em relação a cada caso individual), por esse país fora há situações muito graves que estão criadas com esta suspensão do recurso ao crédito para habitação social. Nós temos em construção 10 fogos que estão em conclusão. E temos no Plano de Actividades do próximo ano mais 22. Ou seja, nós conseguimos dar resposta com essas duas a 32 habitações, aos 33 casos de emergência que temos registados. Não quer dizer que hajam só 33 inscritos; há mais pessoas inscritas evidentemente — algumas centenas de pessoas inscritas. Mas esse levantamento social das inscrições para a habitação social está a ser feito também com outro rigor. Porque sabemos que com naturalidade (e é assim mesmo e é uma expectativa que as pessoas têm que ter), há pessoas que se inscrevem não porque vivam na rua, não porque vivam em barracas, mas porque querem melhorar a sua habitação

e, portanto, temos muitos casos desses em lista de espera. Mas as situações que estão classificadas como situação de emergência, comprovadamente situações urgentes, essas espero que no fim do próximo ano as possamos ter todas alojadas. Portanto a dimensão do problema da habitação social em Aveiro tem que ser relativizada e não deve ser dramatizada. Depois, finalmente, algumas questões que a Senhora Dra. Maria Antónia colocou sobre a preservação do património. Eu, apesar do comentário que o senhor Presidente da Assembleia fez, eu gostava de recordar que a recuperação da Capitania é preservação do património; a recuperação do Teatro Aveirense é preservação do património; o novo Arquivo Distrital é preservação da memória do património; a aquisição da Casa do Major Pessoa e a sua futura recuperação é preservação do património; a preservação da Estação dos Caminhos de Ferros é preservação do património, e por aí fora, tantos casos que podemos dar sobre preservação do património — e continuaremos a estar muito atentos.

Depois o número que referiu sobre a moradia nos preços das taxas e licenças. Eu julgo que um destes dias voltaremos a esse tema, mas deve haver aí algum aspecto que está por focar: uma casa com três quartos, rés-do-chão e 1.º anda... bem se custar 40 mil contos não deve ser de estranhar que tenha que pagar 1.000 contos de taxas. Não é muito na economia global de quem adquire uma casa dessas – se calhar custa mais. Mas eu suponho mesmo assim que se está a esquecer de uma isenção prevista para o cálculo dessa taxa que é a dos 200 m² — sempre que esteja em causa a 1.ª habitação; o que faz com que o montante dessa taxa baixe bastante. Se for para a 2.ª habitação, aí sim, deixa de ser socialmente injusto como a sua intervenção poderia parecer.

Quanto à Lourenço Peixinho. Eu queria dizer que as obras que são visíveis neste momento têm a ver com a alteração do tráfego e não com o tal projecto global da remodelação da Lourenço Peixinho. Que como bem disse, nós temos a noção todos, que é uma obra muito sensível, muito importante e que no momento em que tiver um estudo prévio em condições de ser aprovado teremos todo o gosto em trazer a esta Assembleia. É a nossa Avenida mais emblemática e queremos que a solução que vier a ser encontrada possa ser bastante consensualizada. Muito obrigado Senhor Presidente”.

Presidente da Mesa

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Primeiro para registar este compromisso que aqui ficou de que aquele documento que andou por aí, em reuniões várias, que previa os tais encerramentos de escolas não passa de um documento para atizar a discussão e, portanto, para atizar a discussão não há nada como dizer que fecham 11 — porque depois se fecharem 5 é um grande progresso. Vamos ver como é que isto evolui de facto. Fica aqui o compromisso registado por parte do Senhor Presidente da Câmara, de que isto vai ser uma coisa bem discutida, bem participada, e que as conclusões deverão corresponder ao interesse do município, em que a Assembleia terá a sua quota-parte, visto que a carta será para incluir na revisão do Plano Director Municipal.

Em segundo lugar, manifestar a minha estranheza pelo apelo do Senhor Presidente da Câmara à solidariedade da Assembleia para tomar as medidas respeitantes à situação financeira! Isto, porque as “30 medidas” foram decididas sem consulta prévia nem à Comissão Permanente, nem à Assembleia, nem a ninguém. A Câmara entendeu que não se justificava! Apesar de o ter admitido um Orçamento rectificativo que viesse à Assembleia. E se houve discussão nesta Assembleia deste ponto foi da nossa iniciativa e não da iniciativa da Câmara. Portanto, agora que peça apoio, a simpatia ou a solidariedade desta Assembleia

para tomar medidas avulsas parece estranho, quando uma discussão de fundo sobre a situação financeira não aconteceu.

É evidente que teremos as nossas oportunidades: a oportunidade que representa o Plano de Actividades, as Grandes Opções e o Orçamento para o próximo ano serão certamente o momento para o fazer. Mas a situação financeira aparece uma forma acessória e não como a questão central em apreciação!

Também acho muito estranho que o Senhor Presidente da Câmara tenha, para tentar justificar a situação actual, invocado um conjunto de medidas incluindo medidas que ainda não estão em vigor. Como é que é possível ter invocado como justificativo da actual situação financeira, a limitação de empréstimos para as participações das obras de fontes comunitárias — só vai entrar em vigor com a entrada em vigor da Lei do Orçamento a 1 de Janeiro no próximo ano!? Portanto, isto aparecer como justificação agora... há certamente outras limitações, mas essa não. No rectificativo isso não aconteceu!? Há até um movimento agora de protesto para que isso entre em vigor a 1 de Janeiro do próximo ano.

Mas de facto, estamos de acordo Senhor Presidente, não é o Estádio, não é o Orçamento rectificativo... a situação vinha de longe. E foi repetidamente denunciada. E o que é dramático é que, apesar das “30 medidas” a situação se agravou desde então!? Hoje a dívida a entidades não financeiras é o dobro daquela que era há um ano e que cresceu desde a tomada das chamadas “30 medidas”, até hoje.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Luís Paulo Tavares (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Não vou fazer perder muito tempo, mas queria completar a intervenção do meu colega Arq.to Gustavo Barros. Era uma primeira habitação o exemplo que eu dei. E não custa 40 mil contos, que as pessoas em causa não têm dinheiro, nem têm possibilidades de pedir emprestado.

O segundo ponto, que devia ter sido o primeiro, era para dizer que a situação que me atribuiu não está correcta — Se fosse em trabalho escrito não podia pôr aspas na sua citação.

Por último, falou que tinha contactos com o batalhão de Santarém para a construção da ponte agrícola ali na zona de Cacia — mas há um batalhão de ‘Engenharia em Espinho’ que já foi utilizado em anteriores executivos. Há uma questão, que depende do vão da ponte; até certo vão esse batalhão de ‘Engenharia de Espinho’ pode construir.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Foi dito e o Senhor Presidente da Câmara tem estado a passar a opinião, de que o problema financeiro da Câmara e o desinvestimento no concelho é devido às medidas do Governo Central. Isso não é verdade! O desincentivo ao investimento no concelho, deve-se ao aumento da Contribuição Autárquica em 30% para o próximo ano; deve-se às taxas que entretanto vão aparecer por aí. E por isso, é por aí que eu acho que nós temos que ver e por isso a degradação da qualidade de vida que temos estado a verificar no nosso concelho.

Um outro apontamento diz respeito também à ideia que o Senhor Presidente da Câmara está a querer passar acerca das obras participadas com receitas extraordinárias. Se o Senhor Presidente no Orçamento justifica todas essas receitas para poder participar as obras extraordinárias, não percebo como é que agora já está a por em causa esse próprio Orçamento!? Eu percebo: é que nem o Senhor Presidente acredita no Orçamento que está a propor a esta Assembleia. É por isso que já está a pôr em causa que não tenha receitas para cobrir essas receitas extraordinárias; não é mais do que isso.

Eu também, não foi um problema que eu levantei, mas eu não percebi da discussão realmente a história da compra do Mário Duarte pela Universidade!? Afinal o que é que diz o protocolo? Ou seja, a Universidade compromete-se a manter o Estádio ou a Universidade vai usar aqueles terrenos para fazer lá outro género de coisas? Mais algum departamento, umas residências universitárias ou outras coisas assim. Ou seja, vamos irremediavelmente perder o terreno ou não?

Em relação ao Ferry-Boat também fiquei com a ideia então de que o Cais de atracagem vai ficar dentro do Porto de Aveiro! É essa a ideia? Vamos ter um cais de atracagem dentro de uma alfândega? Parece-me que há aí alguns problemas que me parece que não vão ser resolúveis a tão curto prazo?

Uma última pergunta também que foi falada. A Casa Major Pessoa, a Assembleia Municipal deu autorização para a aquisição dessa casa; o município chegou a adquirir o imóvel ou não chegou a adquirir o imóvel?

Era só isto. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – Alberto Souto - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em relação às questões que agora foram suscitadas gostava de dizer o seguinte: Senhor Deputado António Granjeia, sobre a taxa de execução, eu queria só lembrar isto, nós temos adoptado de facto essa política de ter orçamentos que são optimistas. Porque são estimativas que nós queremos maximizar para não perdermos nenhuma oportunidade de receita. E temos taxas de execução que têm variado entre os 60%, 50% — é que dito assim pode impressionar mal. Mas o que é fundamental para o desenvolvimento de Aveiro não é a taxa de execução. O que é fundamental é o nível do investimento. E queria lembrar a todos que esta Câmara, este Executivo, nos 5 anos que está em funções aumentou mais de 100% o investimento no município de Aveiro. Em 97 ele rondou os 5 milhões de contos; nós vamos terminar este ano com cerca de 12 milhões de contos. Portanto, taxas de execução são estatísticas, investimento real, despesa real efectivamente feita é o que conta para o desenvolvimento do município e essa tem vindo a progredir a uma taxa sustentada de 20% ao ano. O que faz com que em apenas 5 anos, nós tenhamos aumentado em 100% o investimento no município de Aveiro.

Senhor Deputado António Salavessa. De facto, a medida 1.8, ela ficou vedada porque o Governo não deu provisão às CCR's para as bonificações das taxas de juro que estavam previstas nessa medida. Agora, de facto, com o Orçamento aprovado, está definitivamente vedada e, portanto, estamos há largos meses impossibilitados de recorrer a essa medida 1.8

Quanto ao Ferry-Boat. Eu queria explicar ao Sr. Eng.º José Carlos Valente, que de facto ele foi adquirido. Só que como bem entenderá não pagámos a pronto e, portanto, há prestações para pagar no próximo ano e por isso elas aparecem inscritas; mas é um negócio que está fechado.

Sobre o aumento da Despesa para o próximo ano julgo que falaremos na altura própria quando falarmos sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Teatro Aveirense. Há bocado tinha-me esquecido de referir, mas a razão pelo que não o trouxemos como um ponto específico, é que nos apercebemos que entretanto íamos ter esta Assembleia Municipal, em que vai estar inscrita e está inscrita a verba necessária às obras no Teatro Aveirense e, portanto, deixou de ser necessário termos uma sessão específica para que o visto do Tribunal de Contas venha a ser concedido, uma vez que com a aprovação da verba que está neste Orçamento para esse feito, está automaticamente concedida.

Depois, Senhora D. Maria Antónia, eu talvez não pudesse utilizar as aspas, mas correndo algum risco sobre o seu alto critério em matéria linguística poderia parafraseá-la, e para dizer que eu julgo, e neste caso concreto que referiu, deve ter havido a omissão do pedido de isenção dos 200 m² de área, porque nós não temos nenhum caso, nenhuma reclamação com essa amplitude.

E, deixe-me dizer Senhor Dr. Jorge Nascimento, que não é querer fazer de conta que as coisas não aconteceram. O que não aconteceu foi o tumulto social que o Sr. Dr. Jorge Nascimento anunciou aí aos 4 ventos. Nós tivemos Sr. Dr. Jorge Nascimento, 12, 13, talvez 14 reclamações – todas elas ou quase todas elas, relativas ao facto de terem sido cobradas taxas superiores às previamente comunicadas e não mais do que isso. Portanto, o que é escandaloso, e já tivemos bastas vezes antes da aprovação do regulamento de taxas e licenças urbanísticas, o que é escandaloso não é que o prédio de 8 andares pague 80 mil contos, o que é escandaloso é que o prédio de 8 andares pague 80. Isso é que é um verdadeiro escândalo! Isso é o que estava a acontecer no Município de Aveiro e não podia continuar a acontecer. E garanto-lhe, que não há nenhuma diminuição do ritmo de construção que possa ser imputado ao nível das taxas. Todo o país sabe por que é que a construção está a crescer sem alterações de taxas noutros municípios.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, Sr. Barbosa: qual é a minha opinião sobre o que se passou? É a pior possível! De facto não pode tornar a acontecer. Eu próprio fui testemunha do que aconteceu nesse dia. No ano passado já tinha acontecido uma situação similar e este ano tentámos com um percurso diferente e com uma alteração dos horários minorar os inconvenientes. A verdade é que não pode tornar a acontecer e, portanto, se a prova se tornar a realizar no próximo ano ou há uma mudança radical nos percursos, indo por ruas secundárias, ou far-se-á noutro local. Como aconteceu este ano é absolutamente impossível.

A articulação entre a N109 e o Plano de Urbanização está a ser feita. Todos esses estudos que tínhamos para a N109 e para o Plano de Urbanização foram transmitidos à equipa do Instituto de Estradas que abriu concurso e, portanto, eles têm perfeito conhecimento de todos os nossos pedidos e todas as nossas preocupações no troço que corresponde ao Município de Aveiro. Esperamos que não haja aí nenhuma falha.

O Senhor Deputado Luís Paulo Tavares, de facto tinha-me esquecido de responder à questão da Rua da Feira de Março. O Senhor Vereador Eduardo Feio, já na última sessão tinha esclarecido isso – a obra irá recomençar a 6 de Janeiro após o período das férias de Natal da empresa e, portanto, dentro de alguns dias, tão cedo quanto possível, porque de facto está a causar ali grandes constrangimentos no escoamento da zona do mercado, ficará aberto ao trânsito.

A questão da Alameda prende-se com a tal rotunda da N109. Porque é muito delicado abrir-se, fazer-se aquela ligação, sem a rotunda estar feita. Porque o fluxo de trânsito na N109 exige de facto que aquele cruzamento tenha uma rotunda de grande alcance sob pena de causarmos engarrafamentos brutais na N109. E, portanto, aquele pedacinho, aquele amontoado que lá vê, está fechado justamente porque enquanto toda a solução viária não estiver completa não deve ser aberto ainda que estejamos a estudar uma solução provisória para ver se conseguimos antecipar.

Bom... e de resto, Senhor Deputado Manuel António Coimbra, eu acho que em geral a Assembleia Municipal não pode por um lado criticar sistematicamente cada vez que a Câmara tenta aumentar as suas receitas correntes e depois vir-nos dizer que não temos receitas correntes; pois as coisas de facto estão ligadas. A Assembleia Municipal é que aprova boa parte quase de todas as nossas receitas correntes. Se a Assembleia Municipal não aprova nós não temos receitas correntes — e temos que ter essa coragem política de criar condições para que o município possa não perder os desafios do futuro. Eu estou convencido que é isso que vai acontecer.

Quanto ao estádio Mário Duarte. Quanto à sua preocupação de saber se o relvado se vai perder; não vai. Nunca ouviram esta Câmara dizer outra coisa. Sempre foi dito e repetido que todos os estudos que têm sido feitos para o Mário Duarte e para a zona envolvente têm como premissa a manutenção do relvado e é isso que está previsto no protocolo com a Universidade. O relvado manter-se-á, além do tal 'bloco' que terá a finalidade que a Universidade entender que será certamente criteriosa e adaptada ao local.

De passagem eu não referi a questão dos cais do Ferry-Boat, podia ter falado quando me referi ao Ferry-Boat, mas está a ser estudado com a Administração do Porto. Estão várias hipóteses em estudo na sequência das várias alternativas apresentadas pelo projectista a quem encomendámos esse estudo e por agora gostava de não dizer mais nada. É prematuro estar a dizê-lo, estão várias hipóteses em aberto.

Quanto à casa Major Pessoa. Queria confirmar que a Câmara Municipal adquiriu a casa Major Pessoa, está a escritura feita e, portanto, agora teremos que aprovar o projecto para a sua recuperação. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Não se verificando mais intervenções sobre a Comunicação Escrita do Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa deu a mesma por concluída, passando ao ponto 2. da Ordem do Dia

PONTO N.º 2 – REGULAMENTO DE TAXAS, TARIFAS E PREÇOS NÃO URBANÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE AVEIRO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em Reunião Ordinária de 28/11/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto.

Após a apresentação, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta segunda reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 30 de Dezembro (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 23:45 horas do dia 26 de Dezembro de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:45)